

ENSINAR E APRENDER A FILOSOFAR: *REFLEXÕES*

Wanderley J. Ferreira Jr *

Resumo:

Reflexões sobre o ensinar e o aprender filosofia, assinalando os desvios e distorções que ocorrem em tal ensino nos limites de uma sala de aula. Aponta-se ainda as possíveis repercussões da morte do desejo de filosofia no ensino da mesma, na medida em que nossa época mata as condições desse desejo – a revolta, a lógica, a universalidade e a aposta/risco.

Palavras-chave: Filosofia – Educação – Sociedade.

Abstract

Reflections on teaching and learning philosophy, designating the shunting lines and distortions that occur in such education in the limits of a classroom. One still points the possible repercussions of the death of the desire of philosophy in the education of the same one in measured where our time kills the conditions of this desire - the revolt, the logic, the universality and appositve/the risk.

Word-keys: Philosophy - Education - Society.

Diante da realidade caótica que nos atropela e desafia a cada momento e da exigência do ensino de Filosofia no Ensino Médio, a existência de professores e alunos de Filosofia tem de ser questionada. Que papel desmistificador caberia à Filosofia diante das ideologias que teimam em passar uma visão homogênea, mascarando as contradições reais de nossa realidade? Que tarefa caberia a nós, professores e alunos de filosofia, diante da revolução techno-científica de nossa época e de suas consequências muitas vezes malélicas? Tais questões assumem uma importância vital para um país no qual a Filosofia se reduz às figuras de professores e alunos de Filosofia. O professor como autoridade que tem a posse do saber e o aluno como o passivo, que vê no professor ou encarnação do saber, ou um chato que repete ideias e conceitos sem sentido.

* Mestrado e doutorado em Filosofia pela Unicamp e Professor de Filosofia da Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia, Brasil. Email: wanderleyjr@fe.ufg.br ou Wanderleyf4@gmail.com.

Mas por que a Filosofia é tão marginalizada, e até mesmo ridiculariza em nossa época como algo inútil? De quem seria a culpa, da Filosofia ou de nosso século pragmático que vê tudo pela ótica da utilidade e do cálculo? O fato é que vivemos um tempo no qual não há lugar para a Filosofia, pois ela é realmente o que há de mais inútil para uma época que confunde verdade e utilidade e toma como paradigma[modelo] do conhecimento correto e eficaz a Ciência. Isso não quer dizer que a Filosofia seja uma atividade neutra ou simplesmente uma mera ocupação de pessoas excêntricas e ociosas. Contudo, o compromisso da Filosofia com os problemas de seu tempo, não deve comprometer ou desvirtuar sua verdadeira vocação em romper os limites de uma visão de mundo qualquer, legitimando-se como uma busca radical pela verdade constituída no *diálogo*.

O Filósofo Martin Heidegger(1889-1976) reconhece, por exemplo, que a Filosofia encontra-se necessariamente fora de seu tempo, ou porque projeta-se para muito além da atualidade, ou porque remete-nos para um passado-presente(os gregos) que inaugurou nossa forma de pensar, dizer e sentir enquanto povo Ocidental. (HEIDEGGER, 1969, p. 42 et seq.)

Também não devemos julgar a Filosofia pelos critérios de eficiência e produtividade utilizados para julgar a importância de determinada teoria científica. A Filosofia é realmente algo inútil, ela não serve para nada. Mas, justamente por ser algo inútil a Filosofia toca-nos de modo essencial, convocando-nos para assumi-la como missão (HEIDEGGER, 1969, p. 42)

Friedrich Nietzsche, por sua vez, ensina-nos que o filósofo não é somente um pensador, mas um homem efetivo. Quem interpõe entre si e as coisas, conceitos, opiniões, livros, quem nasce para a história, nunca verá as coisas pela primeira vez, nunca sentirá aquela *admiratio*, aquele *espantamento* (maravilhamento) diante do mundo que impele o autêntico filósofo. Jamais podemos confundir um erudito com um filósofo. Os eruditos não passam de *opiniões alheias*. São homens de segunda mão que se contentam com a atitude preguiçosa de apenas *comentar* os filósofos. (Cf. NIETZSCHE, 1978)

E se perguntarmos que tipo de homem estamos formando em nossas escolas e universidades, que contentam em transmitir uma “cultura jornalística”, utilitária e avessa à arte e à filosofia. Veremos que estamos formando, ou melhor, profissionalizando e adestrando, meros servidores do Estado ou do mercado. Homens de segunda mão que acreditam piamente na equação: felicidade é igual a posse de bens materiais. Ora, na medida

em que a filosofia é ensinada nesse contexto, ou seja, em escolas e universidades públicas, algumas questões podem ser colocadas: como se dá o processo de ensino-aprendizagem em Filosofia no interior de uma instituição escolar e estatal? Será que podemos ensinar filosofia enquanto discurso radical, crítico e rigoroso, que pensa até mesmo contra si, se nos contentamos em ser meros professores e alunos de filosofia? Talvez devêssemos pensar “... numa cabeça juvenil, sem muita experiência de vida, onde são colocados cinquenta sistemas de palavras e outra tanto de críticas sobre esses sistemas, tudo junto e misturado. Que aridez, que selvageria, quando se trata de uma educação para a filosofia.” (NIETZSCHE, 1978, p. 47)

De fato, observa Nietzsche, muitos alunos de filosofia devem suspirar aliviados: Graças a Deus, não sou filósofo. E se este suspiro profundo fosse justamente o propósito do Estado, e a Educação para a Filosofia em vez de nos conduzir a ela, servisse apenas para nos afastar dela. A questão é:

Pode propriamente um filósofo, com boa consciência, comprometer-se a ter diariamente algo para ensinar? Ele não teria de dar aparência de saber mais do que realmente sabe? Nesse caso, o filósofo despoja-se de sua mais esplêndida liberdade, que é seguir seu gênio para onde este o chama (NIETZSCHE, 1978, p. 48).

Todo professor de filosofia, na verdade todo ser humano, já se deparou com aqueles momentos em que o silêncio é a forma mais originária de dizer. No silêncio, dirá Heidegger em *Ser e Tempo* (1927), a presença do ser é tão contundente que prescinde das palavras. (Cf. HEIDEGGER, 1964). E quantas e quantas vezes não matamos o pensar e mascaramos as condições originárias de determinado pensamento, expondo-o como um corpo de idéias fixas e estabelecidas. O aluno acaba se perdendo na enganosa homogeneidade dos sistemas, sem compreender as reais motivações, adesões e recusas dos filósofos estudados. O que estamos fazendo em nossas aulas de filosofia, além de um exercício de erudição, que muitas vezes se degenera num monólogo ou num amontoado de belas citações? Na verdade, tanto na sociedade quanto nas salas de aulas, estamos matando o desejo de filosofar e suas condições: a revolta, a lógica, a universalidade e a aposta no acaso, no risco, no imponderável. (Cf. BADIOU, 1994). O visível, o mundo aparente, não passa de fluxos de imagens que hiper-realizam o real, mas não traz mais nenhum enigma. O invisível, por sua vez, não é mais fonte

de mistérios. Enfim, não conseguimos mais, sequer desmascarar para nossos alunos os mecanismos que os fazem tomar o aparente, o dado, como sendo o real e o verdadeiro. Em tal contexto não há realmente lugar para a reflexão filosófica, preferimos estar em paz com nossa consciência, controlar e, muitas vezes, sublimar nossos desejos e legitimar os contratos, as instituições e as leis em vigor

Contudo, parece-nos que é justamente nesse contexto de morte do desejo de filosofar e no qual a filosofia é considerada inútil, que ela se torna urgente e necessária, ainda que prisioneira nas muletas curriculares e submetida a racionalidade instrumental que insiste na gestão e controle de todas as esferas da natureza e sociedade humana. Esse pragmatismo imediatista, que confunde conhecimento com poder, e verdade com utilidade, talvez justifique a queixa de muitos de nossos alunos, quando dizem não compreender o professor nem, muito menos, o autor do texto trabalhado. Como professores de filosofia temos sempre que perguntar - *que importância teria determinado texto para nosso tempo, para nossa realidade*, para o nosso aluno. Não devemos mais nos contentar em mostrar a atualidade de determinado filósofo, mas fazer um exercício de compreensão de nossa realidade através do texto, reconhecendo muitas vezes, com Heidegger, que devemos compreender o autor melhor do que ele mesmo, aprendendo a ler o não dito e impensado por trás de todo dito e pensado.

O fato é que a maioria de nossos alunos, e muitos de nós professores, não sabemos mais ouvir, ler, escrever e falar. Usamos as palavras como se realmente fossem cápsulas que comportam significados que devem remeter às coisas existentes (a um referente). E se estamos impedidos de manter uma relação essencial com a linguagem, também não conseguiremos pensar, e sem pensar perderemos inevitavelmente contato com o próprio real, que certamente não se reduz aos dados imediatos da experiência sensível. Nesse sentido, uma das primeiras tarefas do ensino da Filosofia seria problematizar e questionar essa avassaladora instrumentalização da linguagem que deveria ser revertida já durante o ensino fundamental e no 2º. Grau. Isso evitaria que chegue às nossas universidades essa massa de indivíduos que não exercem seu direito de pensar e dizer com significação sua própria realidade.

O que se costuma solicitar à Filosofia, é que ilumine o sentido teórico e prático daquilo que pensamos e fazemos, ...que nos diga alguma coisa sobre nós mesmos, que nos ajude a compreender como, por que, para quem, por quem, contra quem ou contra que as idéias e os valores foram elaborados...(CHAUÍ, 1987)

Todo professor, minimamente consciente de seu papel de educador e mediador no processo de emancipação e autonomia intelectual de seus alunos, reconhece que um autêntico ato de ensinar não se esgota na mera transmissão passiva de conhecimentos já adquiridos, e que tanto ele quanto seus alunos vão “morrendo” ao longo do processo pedagógico, já que a assimetria entre ambos tende a ser superada. Mas o que poucos mestres, educadores e professores de filosofia sabem é que: o que de maior temos a ensinar aos nossos alunos é o *aprender*. O grande mestre não ensina nada além do aprender, tornando *dis-posto* (aberto) o discípulo para novos conhecimentos.

É bem sabido que ensinar é ainda mais difícil que aprender. Mas raramente se pensa nisso. Por que ensinar é mais difícil que aprender? Não porque o mestre deva possuir um acervo de conhecimentos e os ter sempre a disposição. Ensinar é mais difícil que aprender, porque ensinar significa DEIXAR APRENDER. Aquele que verdadeiramente ensina não faz aprender nenhuma outra coisa que não seja o APRENDER...No relacionamento do mestre que ensina e dos alunos que aprendem, quando o relacionamento é verdadeiro, jamais entram em jogo a autoridade de quem sabe muito... Por causa disso é ainda uma grandeza ser mestre - que é bem outra coisa do que ser um professor célebre. Se hoje, onde tudo é medido sobre o que é baixo e conforme o que baixo - ninguém mais deseja ser mestre, isso é devido sem dúvida ao que esta grande coisa implica...(M (FARIA, 1985, p. 54)

O fato é que a inserção hoje da Filosofia como disciplina obrigatória no Ensino Médio, mais que uma imposição legal, constitui-se numa exigência do próprio processo educativo autêntico em seu combate a qualquer forma de alienação e opressão nas principais esferas de atuação humana – no trabalho, na política ou na criação simbólico-cultural. Hoje se reconhece a necessidade da Escola e universidade atenderem as demandas de três tipos de racionalidade – a racionalidade técnico-científica, instrumental, ainda hegemônica; a racionalidade estético-expressiva (sensibilidade) e a racionalidade ético-política. Obviamente, essa necessidade de uma formação integral do homem não poderia dispensar ou prescindir do trabalho da reflexão filosófica e da vocação da filosofia a interdisciplinaridade e para colocar em questão alguns dos pressupostos básicos do processo educativo (o Homem, o conhecimento, os valores, as relações de poder e a ideologia).

No caso específico do ensino de filosofia nos limites de uma sala de aula e em

horários pré-determinados, o professor deve ter a coragem e a capacidade para convidar os alunos a refazerem o percurso da indagação filosófica, apontando a forma própria [o estilo] que cada filósofo tem para colocar suas questões e elaborar suas respostas. Assim, é a forma peculiar que a Filosofia tem de abordar as questões sob o ponto de vista da radicalidade, do rigor, da crítica e da totalidade, que deve ser aprendida por todo aquele que quer ser um eterno aprendiz na Filosofia, e não apenas um erudito, um intelectual, colecionador de sistemas e conceitos.

Esse aprendizado para o filosofar, não para a filosofia pronta e acabada, significa uma transformação da experiência imediatamente vivida e contextualizada em experiência compreendida e interpretada/refletida, enfim, em experiência do pensamento que supera os limites da experiência imediata testemunhada por nossas consciências dogmáticas e ingênuas, alcançando um nível de reflexão que nos permite, além de compreender nosso contexto, encontrar a gênese de seu sentido e o fundamento do que pensamos, queremos, fazemos e falamos.

Portanto, apesar da precariedade e descaso com que é “ensinada” e “aprendida” em nossas Escolas e universidades, a Filosofia pode ajudar professores e alunos a superar os preconceitos e o caráter fragmentário de suas experiências imediatas, revelando-lhes a densidade de sentido que elas ocultam. A Filosofia deve assim exercer um papel desmistificador diante das ideologias, instituições e formas de pensar que teimam em passar uma visão fragmentada da realidade mediante um discurso dogmático, lacunar e homogêneo. Nesse sentido, a questão da contextualização dos conteúdos de filosofia torna-se problemática na medida em que a ela exige que ultrapassemos os contextos e os limites da experiência imediata, na busca de sua gênese e sentido.

A Filosofia sente-se mal no já feito. Ela exige uma desconstrução de nossas verdades, valores e hábitos cotidianos pelo exercício constante da crítica, do estranhamento. Lembrando que ser crítico no sentido da filosofia, não significa apenas se opor, dar opinião, assumir uma postura tética contrária a uma posição qualquer. Mas significa compreender a realidade como algo dinâmico e complexo, as coisas são resultados precários e instáveis de processos, relações, remissões e nunca estão plenamente em sua verdade se vistas de forma isolada, fragmentada. Ora, esse caráter desmistificador da filosofia não permite que ela seja julgada e avaliada pelos critérios com os quais se avalia a produtividade e eficiência da Ciência. A filosofia não pode cair na tentação de oferecer respostas imediatas para problemas de ordem prática. Isso não significa que ela deva se alienar num mundo de signos e conceitos

abstratos e nada diga sobre nossa realidade mais imediata, o mundo da vida. Contudo, a filosofia sempre se nutrirá dessa “*utopia de uma posse a distancia*” (Cf. PONTY- Merleau, 1988).

Outro aspecto a ser considerado no ensino de filosofia é a pretensão de muitos professores de ensinar a pensar de forma autônoma apenas oferecendo aos alunos um conjunto de conceitos, definições, sistemas, tendências e pensadores requeitados, que supostamente representariam as “partes mais certas” da Filosofia desde seu nascimento entre Gregos. Acreditamos que o mais importante seja apontar os problemas, perspectivas, caminhos e estratégias que os pensadores utilizaram para pensar o que pensaram, e em que medida podem nos ajudar a decodificar e compreender a condição humana e nossa própria época.

Nesse sentido, o ensino da Filosofia deve criar condições necessárias para que a escola e a universidade se tornem também um “espaço de resistência” a uma determinada ordem estabelecida imposta por um “pensamento único” que nós deixa como única alternativa o “*adaptar-se*” ao deus todo-poderoso chamado mercado. A Escola e universidade não podem se contentar em reproduzir as relações de dominação vigentes na sociedade, ou apenas profissionalizar, em vez de formar. A Escola, com o auxílio da Filosofia e demais disciplinas, deve antes de tudo desmascarar o discurso lacunar e homogêneo das ideologias, que insistem em mascarar as reais contradições da realidade, fazendo com que alunos e professores tomem o aparente pelo real. Ora, a Filosofia exige uma transformação da experiência imediata, vivida e contextualizada em experiência compreendida e interpretada/refletida, enfim, em experiência do pensamento, o que implica um certo estranhamento e distanciamento do dado imediato.

Essa exigência da filosofia de estranhamento e distanciamento em relação a realidade imediata-vivida, desensibilizando-a na criação de conceitos, torna problemático seu ensino e aprendizagem numa época afundada num pragmatismo imediatista, que tudo avalia pela ótica da produtividade e eficiência. Além disso, o professor de qualquer outra disciplina, como Física, Matemática, Português ou Geografia, não tem tantas dificuldades, quanto o professor de filosofia, para definir o campo, a metodologia, os limites e as possibilidades da ciência com a qual trabalha. Essas disciplinas conseguem estabelecer um conteúdo programático mínimo, escalona as dificuldades, além de estabelecer pré-requisitos para compreensão de conceitos mais complexos. Tudo isso se torna problemático na Filosofia uma vez que, apesar de ser uma área específica do conhecimento, ela pretende fundamentar e

organizar/sistematizar todas as outras formas de saber, além de nos dar a impressão de que ela sempre retoma os mesmos e antigos problemas, oferecendo-lhes respostas diversas.

Caberia a nós, professores de filosofia, mostrar aos alunos e à própria sociedade que a história da filosofia não é uma “galeria de opiniões”. Há uma espécie de nexos lógico (Hegel) entre os diversos filósofos na forma de colocar suas questões e abordar determinados temas. Entretanto, em meio a crescente desconfiança em relação às metanarrativas [Ciência, Filosofia, História, Política] cada vez mais se consolida a idéia de que não há “*a Filosofia*”, mas “*filosofias*.” Considera-se, particularmente os autores considerados “pós-modernos” (Cf. LYOTARD, 1991), que a filosofia não pode mais pretender ser uma explicação sistemática e global, uma metanarrativa, mas deve privilegiar temas particulares, como a questão da sexualidade, do desejo, do corpo. O que devemos evitar é que essa tendência à micro-análise, à pluralidade de narrativas, ao caráter singular, efêmero, imprevisível e irrepetível do evento, sacrifique uma das condições fundamentais do desejo de filosofar, a universalidade. A filosofia sempre pretendeu compreender e colocar em questão o mundo, a natureza e a condição humana na perspectiva da totalidade. Ela, dirá Alain Badiou (1994), não é nacional, mas ultrapassa toda cultura particular, toda tradição e seu verdadeiro destino não é a sala de conferência ou de aula, mas a rua, a praça pública, enfim, a cidade. Mas essa universalidade não é dada. Ela supõe uma ruptura, um engajamento, uma aposta. A universalidade buscada pela filosofia está ligada a uma decisão arriscada, onde há um acaso. (Cf. BADIOU, 1994)

Outro complicador para a atividade de ensinar filosofia é que, a rigor, não há um “começo”, um pré-requisito para se introduzir à Filosofia. Podemos até mesmo questionar se é possível uma “introdução” dentro daquilo no qual já nos encontramos desde sempre. Pois, assim como nunca estamos fora da história, também nunca estamos fora da Filosofia. Nesse sentido, um dos objetivos básicos do ensino de Filosofia deve ser, não apenas a leitura e interpretação das grandes obras dos grandes pensadores, mas promover uma reforma no pensamento, que hoje se reduz ao cálculo e planificação de tudo sob o domínio de uma “*inteligência cega*” (Cf. MORIN, 2005), que apenas separa, isola e fragmenta uma realidade que é essencialmente complexa e inesgotável ao cálculo.

Não é por acaso que hoje ninguém pergunta: Para que Matemática? Para que História? Para que Português? Contudo, o professor de Filosofia, já em suas primeiras aulas, invariavelmente se depara com questões do tipo: “*Para que serve a Filosofia?*”, “*É mesmo necessária esta disciplina?*”, “*Se Filosofia não cai no vestibular, por que temos de estudá-la?*” [Cf. PCNEM, 1999]. Causando certa perplexidade nos alunos, poderíamos responder:

realmente não existe hoje nada mais inútil do que a Filosofia, mas ela não deixa de ser necessária. Ela não tem uma utilidade na perspectiva do pragmatismo imediatista reinante na sociedade de consumo [Verdade = Utilidade], pois sua finalidade está nela mesma, como uma sonata de Bach. Contudo, nada mais necessário que a Filosofia se quisermos, além de falar com mais significação, fundamentar nossas teorias e práticas visando à efetiva humanização do homem em seu sentido integral.

O que se observa é que toda tentativa de transformar a Filosofia em meio para determinados fins desvirtuou o caráter radical, rigoroso e crítico do discurso filosófico, transformando-o em ideologia, visão de mundo ou sabedoria de vida.

O fato é que todo nosso sistema educacional adestrou, ainda que de forma deficiente, nossa razão instrumental, técnico-científica, mas abandonou as dimensões estético-expressiva e ético-política na formação de nossos cidadãos. Preocupou-se em abastecer o insaciável mercado de “especialistas e técnicos”, na tentativa de oferecer uma resposta “adequada” à demanda de desenvolvimento e modernização do mundo industrial-tecnológico [Cf. PCNEM, 1999]. Educadores, pensadores e gestores desse modelo tecnicista de educação não perceberam o que hoje é explicitado pelo próprio mercado e sistema produtivo: a necessidade urgente de conferir ao indivíduo uma educação mais humanista e abrangente que compreenda as relações de produção [trabalho], as relações de poder [ético-política] e a criação simbólica [Arte, Religião, Filosofia, etc]. A filosofia, certamente, tem um papel bastante relevante a cumprir nesse processo de formação de um novo tipo de homem e sociedade.

Não podemos esquecer que a filosofia ao longo de sua história, de diversas formas e em contextos diferentes, sempre enfatizou sua vocação pedagógica, colocando o filósofo como educador de seu povo. Como exemplo temos a proposta platônica de uma “paidéia” [formação] para formar Reis filósofos sábios e bons. Na Alegoria da Caverna [Cf. Platão. *A República*. Liv. VII], os recém libertos das correntes voltaram para o convívio dos demais, após terem contemplado as coisas mesmas [Idéias] no mundo inteligível sob a luz da idéia de Bem. Eles têm um compromisso com a *Paidéia*, com a formação do temperamento/caráter filosófico dos cidadãos. Hoje o educador possuiria um novo papel: ele não mais dirige o processo como conhecedor da “verdade” e do Bem, como autoridade que detém a posse do saber ou como um guru. O que se exige hoje do professor, em todos os campos do conhecimento, é que ele ofereça condições para que o próprio aluno construa seu conhecimento crítico e se oriente na direção da autonomia da ação.

Reportando ao ilustre historiador da Filosofia François Châtelet, podemos considerar

que:

a contribuição específica da Filosofia que se coloca ao serviço da liberdade, de todas as liberdades, é a de minar, pelas análises que ela opera e pelas ações que desencadeia, as instituições repressivas e simplificadoras: quer se trate da ciência, do ensino, da tradução, da pesquisa, da medicina, da família, da política, do fato carcerário, dos sistemas burocráticos, o que importa é fazer aparecer a máscara, deslocá-la, arrancá-la... [Chatelet, 1973, Vol. 08, p. 309].

O fato é que se observarmos as diversas definições de Filosofia ao longo de sua história, veremos que a vocação básica da filosofia é a colocação de problemas e não oferecer respostas ou soluções. Apesar da Filosofia nem sequer poder oferecer uma definição consensual de si mesma, ela pode ser vista como uma reflexão crítica a respeito do conhecimento e da ação, a partir da análise dos pressupostos do pensar e do agir e, portanto, como fundamentação teórica e crítica dos conhecimentos e das práticas individuais e sociais.

Por fim, a filosofia proporia uma certa ruptura com o dogmatismo ingênuo do senso comum e a “atitude natural” (Husserl) da ciência. Nesse sentido, um curso de filosofia deve oferecer elementos e condições para que o professor-aluno examine de forma crítica as certezas recebidas e descubra os preconceitos muitas vezes velados que as permeiam. Assim, ao refletir sobre os pressupostos das ciências, da técnica, da ação política, do comportamento moral, o ensino de filosofia pretende auxiliar o educando a lançar outro olhar sobre o mundo e a transformar a experiência vivida numa experiência compreendida/refletida. Isso não significa que o professor de filosofia deva fazer o papel de guia ou guru, conduzindo o aluno “das trevas à luz”. Ele é apenas um mediador entre o educando e a realidade a ser compreendida e interpretada numa perspectiva filosófica, ou seja, a partir de seus pressupostos, condições de possibilidades, significados e finalidades.

Concluiremos nossas reflexões sobre o ato de ensinar filosofia, seus limites e possibilidades, colocando duas questões: qual o caráter e os elementos constitutivos do desejo de filosofar? E em que medida esse desejo de filosofar encontra-se em perigo em nossa época? Uma época indigente, que não pensa, mas apenas planifica e calcula. Em tal época, sustenta Heidegger, a filosofia chega a seu fim mediante sua realização nas Ciências tecnizadas (Cf. HEIDEGGER, 1987) e o espírito degrada-se em inteligência instrumental (Cf. HEIDEGGER, 1969). Vivenciamos, assim, o mal-estar de uma época que dificulta uma

relação mais essencial, originária e interativa com as coisas, o mundo, o ser, a linguagem e os outros, uma vez que tudo se mostra em sua mera disponibilidade ao cálculo. Até mesmo o homem é visto, muitas vezes, como uma espécie de *ruído*, que deve ser eliminado para maior otimização da performance do sistema. Em uma sociedade na qual as imagens hiper-realizam o real, mediante um processo de des-referenciação do objeto e des-substancialização do sujeito, como recuperar ou salvar o desejo de filosofar que nutre da revolta, da lógica, da universalidade e da aposta/risco?

O pensador francês Alain Badiou em uma de suas conferências brasileiras intitulada *A situação da filosofia na contemporaneidade* coloca a seguinte questão: “*Como se caracteriza o desejo de filosofia?*” (Cf. BADIOU, 1994, p. 35). Na tentativa de caracterizar o desejo de filosofar, Badiou aponta quatro condições constitutivas do mesmo: a revolta, a lógica, a universalidade e a aposta/o risco. Ora, mas como ensinar e a aprender filosofia numa época que sistematicamente mata o desejo de filosofar?

Como fazer nossos alunos entender que o desejo de filosofar comporta e exige algo aparentemente paradoxal, ou seja, uma certa “*revolta lógica*”? Revolta sim, porque a filosofia enquanto discurso radical, rigoroso, crítico e universal sempre coloca em questão o conhecimento, os valores e ideais instituídos. Para o filósofo muitas vezes “*é melhor ser Sócrates descontente do que ser um porco satisfeito.*” (Cf. BADIOU, 1994, p. 36). O fato é que a filosofia é descontente com o mundo tal como ele é. É descontente até consigo mesma, pois tem o hábito de pensar contra si mesma. Mas essa revolta, rebeldia da filosofia, que pode até ajudar sua aceitação, assimilação pela juventude, não é uma rebeldia sem causa, uma revolta que apenas desconstrói e nega o instituído. A revolta constitutiva do desejo de filosofar exige, por paradoxal que possa parecer, uma lógica. É uma revolta fundada na discussão normatizada pela razão. A revolta da filosofia busca a construção de argumentos racionais para justificar sua crítica radical. É uma revolta que erige uma lei para si mesma, balizando-se pelo bom senso e pelos princípios da racionalidade, que certamente extrapola os limites da razão instrumental científica.

Mas o desejo de filosofar também se alimenta de uma certa tensão entre a universalidade/necessidade pretendida pelo discurso filosófico e a idéia de acaso, de aposta, de imponderável. Nesse sentido podemos considerar que há na filosofia um grande desejo de universalidade, na medida em que ela se dirige a todo pensamento e a todo homem, sem exceção. “*Ela(a filosofia) não é nacional, mas internacional. Ela quer ultrapassar toda cultura particular, toda tradição. Seu verdadeiro destino não é a sala de conferência, mas a*

rua, a praça pública, o mundo inteiro...A filosofia se dá para todo pensamento; ela se dá para o príncipe e para o escravo.” (BADIOU, 1994, p. 38)

Entretanto, ao mesmo tempo que o desejo de filosofia é desejo de universal é, também, sentimento do risco e do acaso. Ou seja, a filosofia só pode aspirar à universalidade, se apostar no acaso, no engajamento, no risco, na imprevisibilidade do encontro. O desejo de filosofar é, portanto, perpassado por uma revolta, recusa a ficar instalado e satisfeito. Uma recusa que exige uma lei, uma norma, uma lógica que expressa o desejo de uma razão coerente. Mas o desejo de filosofar também se nutre do universal e necessário, da recusa ao particular e imediato, contudo essa universalidade é buscada mediante a aposta no risco, no engajamento, no acaso e na experiência irrepetível do encontro. (Cf. BADIOU, 1994)

Após essa breve caracterização dos elementos constituintes do desejo de filosofar, uma constatação se impõe: o mundo contemporâneo, o nosso mundo afundado num pragmatismo imediatista, é oposto ao desejo de filosofar. Ele nega e se opõe veementemente aos quatro componentes do desejo de filosofia. Nosso mundo, dirá Badiou, não gosta da revolta nem da crítica. “*É um mundo que crê na gestão e na ordem natural das coisas... Ele pede a cada um para adaptar-se. É um mundo do simples cálculo individual*”. (BADIOU, 1994, p. 48). Nosso mundo também é avesso à coerência racional, está submetido à lógica de imagens e signos que simulam e hiper-realizam o real. Esse mundo das imagens, mundo da mídia, é instantâneo e incoerente. É um mundo muito rápido e sem memória, efêmero e fugaz. Onde a única permanência é a impermanência. É o reino da substituição de tudo por tudo. Em tal mundo das imagens, em que a forma sobrepõe ao conteúdo, é muito difícil sustentar uma lógica do pensamento.

Outro elemento constitutivo do desejo de filosofar que perde espaço em nosso mundo é a universalidade, uma vez que a única universalidade que ele conhece é a do dinheiro, a universalidade daquilo que Marx chamava de *equivalente geral*. Fora da universalidade do mercado e da moeda, cada um está encerrado em sua tribo. Cada um defende sua particularidade. Em nosso mundo a falsa universalidade do capital é contraposta ao gueto das culturas, das classes, das raças, das religiões. (Cf. BADIOU, 1994). Paradoxalmente, ao mesmo tempo que assistimos à globalização das leis de mercado, emergem demandas de grupos e etnias reivindicando ao mesmo tempo maior inserção social com respeito as suas particularidades e diferenças. Ou seja, é cada vez maior a exigência de uma ética da diversidade e singularidades que coloca em cheque a visão de homem, enquanto sujeito e razão universal abstrata em relação a qual pode-se referenciar certos

imperativos, direitos e deveres, tidos também como universais.

Por outro lado, a aposta, o acaso, o risco, o engajamento, também são negados e dissimulados pelo mundo do cálculo, da previsão, da segurança e no qual vence o mais adaptado. Badiou considera que vivemos em um mundo obcecado pela segurança... ”... *um mundo onde cada um deve, o mais cedo possível, calcular e proteger o seu futuro. É um mundo da carreira e da repetição. Um mundo onde o acaso é perigoso. Um mundo onde não devemos nos abandonar aos encontros.*” (BADIOU, 1994, p. 39)

Podemos então considerar que nosso mundo contemporâneo é oposto ao desejo de filosofia. Nele a filosofia está ameaçada, não encontra direito de cidadania. A Filosofia encontra-se tão marginalizada que sua principal questão na atualidade é saber como ela pode proteger e salvar o desejo de filosofar. Contudo, a filosofia não pode se esgotar num discurso que insiste em mostrar sua “utilidade” ou cair num vitimismo fechando-se sobre si mesma. Na realidade, se a filosofia hoje tem que justificar sua existência e necessidade, o problema não é da filosofia, mas de uma época na qual acontece a massificação e bestialização do homem, idolatria do Estado, a crença de que a felicidade está diretamente relacionada à propriedade e, por fim, a morte do desejo de filosofar e de suas condições: a revolta, a lógica, a universalidade e a aposta/o risco.

Em uma de suas *Considerações Extemporâneas* (Cf. NIETZSCHE 1978), Nietzsche nos alerta de que “ *um tempo que sofre da assim chamada cultura geral, mas sem civilização e sem unidade de estilo em sua vida não saberia fazer nada de correto com a Filosofia, ainda que ela fosse proclamada pelo gênio da verdade em pessoa nas ruas e nas feiras.*” (NIETZSCHE, 1978, p. 53) De fato não temos uma civilização, nossas escolas e universidades formam profissionais, homens de segunda mão, bestas do trabalho, “incompetentes sociais” (Chauí), mas não homens com estilo, com caráter e força para fazer de sua existência um constante exercício de criação e afirmação da vida, mesmo na dor e no sofrimento. Mas, o que vemos? Por tudo lado o chamamento: *adaptem-se*, é a única coisa que nos resta a fazer diante da ditadura do pensamento único neo-liberal, que proclama a morte das utopias e da consciência histórica, eternizando o presente. O fato é que em tal tempo, a filosofia apresenta-se, no dizer de Nietzsche, como um:

monólogo erudito de um passeador solitário, ... ou oculto segredo de gabinete reduzido a inofensiva tagarelice entre anciãos acadêmicos. Ninguém ousa cumprir a lei da Filosofia em si mesma, ninguém vive

filosoficamente, ...Todo filosofar moderno e contemporâneo está política e policialmente limitado à aparência erudita, por governos, igrejas, academias, costumes, moda... (Nietzsche, 1978, p. 53)

Não realidade, na sociedade do espetáculo, na qual as imagens hiper-realizam o real, a Filosofia, a reflexão, não tem direitos. Contudo, se deixássemos a filosofia falar era poderia nos dizer:

Povo miserável! É culpa minha se em vosso meio vagueio como uma cigana pelos campos e tenho de me esconder e disfarçar, como se fosse eu a pecadora e vós meus juizes? Vede minha irmã - a arte. Ela está como eu, caímos entre bárbaros e não sabemos nos salvar. Aqui nos falta, é verdade, justa causa, mas os juizes diante dos quais encontraremos justiça tem também jurisdição sobre vós, e vos dirão: Tendes antes uma civilização, e então ficareis sabendo o que a filosofia quer e pode. (Nietzsche, 1978, p. 53)

Apesar das circunstâncias adversas ao desejo de filosofar, a filosofia deve preservar seu senso crítico e sua revolta e hábito de pensar até mesmo contra si. A filosofia não pode abrir mão de seu papel desmistificador diante das ideologias vigentes, que teimam em passar uma visão homogênea, mascarando as contradições reais de nossa realidade. Através de seu ensino e aprendizado, a filosofia pode e deve contribuir para que possamos tornar explícitos os mecanismos que nos fazem tomar a aparência pela realidade, isso certamente exigiria um processo de desbanalização do banal, que deveria levar o aluno a se estranhar com sua própria realidade imediata e experiências fragmentárias do senso comum.

Para Badiou, além de preservar a revolta, a lógica e a universalidade, a filosofia deve preservar ainda o sentido da aposta e do risco.

Ela deve estar ligada à experiência dos encontros, das decisões, das rupturas subjetivas. ...Deve ser não apenas um pensamento do que é, mas um pensamento do que surge, do que é improvável, indecível. No fundo, a filosofia só pode resistir no mundo tal como é se souber discernir as experiências que são heterogêneas à lei deste mundo: as experiências políticas radicais, as invenções da 'ciência, as criações da arte, os encontros do desejo e do amor. (BADIOU, 1994, p. 40)

O fato é que hoje são colocadas certas exigências à Filosofia que certamente devem repercutir no modo em que se aprende e se ensina filosofia em nossas escolas e universidades. Há uma certa exigência de que a filosofia seja “*uma filosofia do evento, antes que da estrutura. Que a filosofia seja uma filosofia... da singularidade universal. Quer dizer: daquilo que é, a cada vez, absolutamente singular, como um poema, um teorema, uma paixão, uma revolução; e contudo, para o pensamento, absolutamente universal.*” (BADIOU, 1994, p. 43). A filosofia deve ainda utilizar uma língua flexível. “*Uma língua capaz tanto de citar e interpretar um poema como de citar e interpretar um axioma ou um teorema. Uma língua que circule entre o equívoco [ambigüidade] poético e a transparência científica.*” (BADIOU, 1994, p. 44)

A filosofia deve, assim, articular uma linguagem que permita-lhe transitar pelas fórmulas científicas e pela lógica, pelos equívocos do poema e da arte, pelo acaso do desejo e encontros e pela política, enquanto criação de novas formas de convívio social e ruptura com o estabelecido. Isso pressupõe que a Filosofia tem que abrir mão de um conceito unívoco, universal e necessário de verdade. A filosofia deve admitir diferentes tipos de verdades pronunciadas e legitimadas por diferentes narrativas, para nada sacrificar do desejo de filosofia. Contudo, a verdade está ligada a um evento que se dá no quadrilátero determinado pela ciência (mathema), pela arte(poema), pela revolução e pelo desejo/amor. Ela não se esgota, pois, na mera adequação do pensamento a coisa, nem na coerência interna das proposições científicas. Ela não é um mero exercício do pensamento, ela depende do acaso de um evento.

Uma verdade deve ser ao mesmo tempo singular e universal. ... O que quer dizer que uma verdade é ao mesmo tempo situada e que, na situação, é alguma coisa de anônimo, que não se deixa totalizar por um predicado...Uma verdade nunca é redutível a uma figura estabelecida do saber. (BADIOU, 1994, p. 45)

O fato é que, não importa a estratégia de ensino adotada, se um curso de filosofia de caráter temático, problematizador ou que toma a História da filosofia como referencial básico. O que importa é que essa filosofia consiga realmente levar a autonomia intelectual e a uma cidadania mais ativa e responsável, sem distorcer o pensar e o dizer dos pensadores, nem matar o desejo de filosofar no aprendiz, intoxicando-o de sistemas, conceitos e nomes sem

sentido e vínculo com sua experiência de vida.

Por fim, gostaria de confessar que como professor de filosofia sinto-me, as vezes, constrangido quando me deparo com aqueles momentos em que o silêncio é a forma mais originária de dizer. E quantas e quantas vezes não matamos o pensar e mascaramos as condições originárias de determinado pensamento (Admiração, Dúvida, Angústia), expondo-o como um corpo de idéias fixas e estabelecidas. O aluno acaba se perdendo na enganosa homogeneidade dos sistemas, sem compreender as reais motivações, adesões e recusas dos filósofos estudados. Enfim, quantos de nós já não caímos na tentação de reduzir a Filosofia às belas citações.

REFERÊNCIAS

BADIOU, Alain. “A situação da Filosofia no mundo contemporâneo.” *Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras*. RJ: Relume-Dumará, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999. 4v.

CHAUÍ, Marilena. “Refazendo a Memória.” *Sem dados* (Brasiliense), 1987.

CHÂTELET, F. História da filosofia: idéias e doutrinas. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 8v.

FARIA, Vitor. *Heidegger e o nazismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GADAMER, H-G. *Verdade e Método*. Petrópolis: Vozes, 2002.

HEIDEGGER, Martin. *Introdução à metafísica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

HEIDEGGER, Martin. *L’etre et le Temps*. Tradução: R. Boehm et A . de Waelhens. Paris: Gallimard, 1964. *Ensaíos e conferencias*. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

LYOTARD, J François. *O Pós-moderno* . Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 1999;2002.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução: Eliene Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORAIS, Regis. *Discurso humano e discurso filosófico na educação*. Campinas: Papirus, 1980.

NIETZSCHE, Friedrich. *Considerações Extemporâneas*. In. *Obras incompletas*. Trad. Rubens R. Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PONTY, Merleau. *Elogio da Filosofia*. São Paulo: Sem dados, 1988.

RICOUER, Paul. *Interrogation philosophique et engagement*, . Paris: Sem dados, 1990.

ZUBEN, Newton Aquiles V. “*Filosofia e Educação.*” In. *Aberto* Ano 9, n. 45, Jan-Mar. 1990, p. 11-18.